

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2022
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 28/02/2023.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2022, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e **quadrimestrais** publicados no Portal Público, Mural da Prefeitura e Jornal Tradição, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a Dezembro de 2023, o resultado primário foi de R\$ (11.963.848,94). Houve um desempenho desfavorável demonstrando que as receitas fiscais arrecadadas não foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais pagas.

O Resultado Nominal acima da linha apurado, resultante da soma do Resultado Primário com os juros nominais (Variações monetárias ativas – variações monetárias passivas, isto é, rendimentos de aplicações financeiras e empréstimos deduzindo-se os juros e encargos pagos sobre operações de crédito) totalizou R\$ (8.851.503,47).

QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada para o Exercício-Atualizada	Realizada no Período-Arrecadada
Receitas Correntes	156.657.280,24	206.940.693,05
(-) Rendimentos de Aplicações	(4.205.007,80)	(24.023.020,06)
(-) Outras Receitas Financeiras	(29.299,96)	(14.363,65)
1 (=) Receitas Fiscais Correntes	152.422.972,48	182.903.309,34
Receitas de Capital	18.427.049,63	10.395.498,24
(-) Operações de Crédito	(8.586.110,28)	(4.630.881,12)
(-) Amortização de Empréstimos	(128.740,10)	(97.542,21)
(-) Alienação de Ativos	0,00	857.550,00
2 (=) Receitas Fiscais de Capital	9.712.199,25	5.667.074,91
Receitas Fiscais Líquidas (1-2)	162.135.171,73	188.570.384,25

DESPESA	Dotação Atualizada do Exercício	Despesa-Paga no período
Despesas Correntes	193.464.235,00	177.823.694,24
(-) Juros e Encargos da Dívida	2.195.079,33	2.194.079,31
4 (=) Despesas Fiscais Correntes	191.269.155,67	175.628.614,93
Despesas de Capital	41.430.484,63	14.994.016,40
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	2.101.810,56	2.101.810,55
5 (=) Despesas Fiscais de Capital	39.328.674,07	12.892.205,85
6 Reserva de Contingencia	1.000.000,00	0,00
7 Despesas Fiscais Líquidas (4+5+6)	230.597.829,74	188.520.820,78
8 Resultado Primário (3 - 7)	(68.462.658,01)	49.563,47

Fonte: Relatórios Contábeis.

2. RECEITA

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2022 no montante de R\$ 189.137.520,05. A receita efetivada no período de Janeiro a Dezembro de 2022 foi de R\$ 235.211.480,53 tendo sido arrecadado, portanto, 124,36% da meta anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realizada no Período
1 e 7– Receitas Correntes	189.219.309,54	251.660.473,84
Impostos,Taxas e Contribuições de Melhoria	23.364.249,14	33.840.203,50
Receita de Contribuições	6.972.162,85	8.726.669,00
Receita Intra-Orçamentária	14.053.190,18	17.875.289,24
Receita Patrimonial	4.279.833,54	26.136.873,10
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviço	496.098,08	515.159,57
Transferências Correntes	138.526.565,68	162.166.245,99
Outras Rec. Correntes	1.527.210,07	2.400.033,44
2 – Receitas de Capital	18.427.049,63	10.396.698,24
Operações de Crédito	8.586.110,28	4.630.881,12
Alienação de Bens	0,00	858.750,00
Amort. de Empréstimos	128.740,10	97.542,21
Transfer. De Capital	9.712.199,25	4.081.067,74
Outras Rec. De Capital	0,00	728.457,17
Deduções	18.508.839,12	26.845.691,55
Total da Receita	189.137.520,05	235.211.480,53

3. DESPESA

As Despesas Liquidadas do exercício juntamente com o valor repassado ao RPPS, no acumulado no 3º quadrimestre de 2022 totalizaram R\$ 207.830.018,48 valor equivalente a % da previsão para o exercício. O total das despesas correntes Liquidadas foi de R\$ 192.190.124,52 as despesas de capital totalizaram R\$ 15.639.893,96.

Despesa Liquidada	Programada no Exercício(Atualizada)	Despesa Liquidada no Período
Despesas Correntes	188.924.188,99	174.993.287,30
Pessoal e Encargos Sociais	113.819.726,01	111.538.163,66
Juros e Encargos da Dívida	2.195.079,33	2.195.079,31
Outras Despesas Correntes	72.909.383,65	61.260.044,33
Despesas de Capital	41.297.294,63	15.639.893,96
Investimentos	39.195.484,07	13.538.083,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.101.810,56	2.101.810,55
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
Despesa Intra-Orçamentária	17.586.161,82	17.196.837,22
Reserva de Contingencia	1.237.331,93	0,00
Despesa Total	249.044.977,37	207.830.18,48

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Janeiro/2022 a Dezembro/2022) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está 59,74% acima do limite legal de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 57,60% para o Executivo e 2,14% para o Legislativo.

QUADRO 4 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	102.826.476,39	57,60%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	3.820.550,22	2,14%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	106.647.026,61	59,74%	57,00%	60%

- O índice de Despesa com Pessoal calculado acima refere-se ao 3º Quadrimestre de 2022. Para esse cálculo foram considerados os últimos 12 meses.
- Esse índice foi calculado com base na Receita Corrente Líquida Ajustada do 3º quadrimestre/2022 que foi de R\$ 179.031.512,15
- Cabe salientar que o executivo já está tomando providências para a regularização deste índice no próximo quadrimestre.
- Este valor da despesa com pessoal não está considerando o desconto da reposição anual d IPCA, que poderá vir a ser descontada pelo TCE quando da emissão da certidão.
- O Índice da Câmara Municipal foi extraído do Modelo 14- Demonstrativo dos Limites RGF- Relatório do TCE referente ao 3º quadrimestre/2022.

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, calculada com base na metodologia do TCE/RS, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 44.650.689,98 o que corresponde a 33,74% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município **atendeu** o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde, calculados com base na metodologia do TCE/RS, atingiram o montante de R\$ 31.101.983,06 o que corresponde a 24,30 % sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, que o Município **está atendendo** o limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

7. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que o executivo está atendendo de forma satisfatório os índices estabelecidos pela Constituição Federal, como aplicações em manutenção e desenvolvimento de ensino e com ações e serviços públicos de saúde.